

## FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO

### RELATÓRIO DE ACTIVIDADES - 2005

Cumprindo a obrigação estatutária de elaborar um relatório anual de actividades, submetemos agora ao Conselho Geral o nosso relatório respeitante ao ano de 2005.

Este ano de 2005, o segundo ano do nosso mandato, foi politicamente assinalado pela realização de eleições legislativas antecipadas que conduziram à formação de um novo Governo que entrou em funções em 12 de Março. Mas também ficou assinalado como um dos anos mais complexos, difíceis e combativos que temos na nossa história.

O novo governo escolheu os trabalhadores da administração pública e, entre eles, os educadores e os professores, como alvos preferenciais de um ataque permanente e injustificado, fundado na falsa presunção de que constituíam um grupo privilegiado da sociedade. Ao fazê-lo, o governo desbaratou a mobilização, o entusiasmo e a disponibilidade daqueles Trabalhadores para as tarefas essenciais de melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência dos serviços públicos.

A FNE não deixa de considerar que é imperiosa a necessidade de introduzir na administração pública critérios que conduzam à sua desburocratização e proximidade em relação aos cidadãos, tornando-a mais próxima e com capacidade de resposta às suas necessidades.

Estes objectivos, em termos de educação, traduzem-se em garantir uma escola de qualidade, com ofertas formativas diversificadas, em diálogo com as famílias e com o mercado do trabalho, com condições físicas e mecanismos de apoio ajustados às diversas necessidades dos diferentes tipos de alunos/formandos com quem trabalha e onde os profissionais aí colocados se sentem reconhecidos, em segurança e respeitados, e onde os alunos se sentem apoiados e protegidos.

É por acreditarmos nestes princípios, por eles lutarmos e denunciarmos sempre as políticas quando estas não passam de meros anúncios mediáticos ou mesmo erradas, que não aceitamos a crítica fácil que aponta os sindicatos como obstáculos a mudança, ao progresso e a inovação.

Não se é menos sério ou menos patriota por se criticar as opções de um Governo.

Na FNE, entendemos sempre a acção sindical como um compromisso com os Trabalhadores, na defesa dos seus legítimos interesses, em termos de condições de trabalho, remuneração, segurança social, aposentação, respeito e dignidade. Foi o que procurámos fazer em 2005.

Ao longo do ano de 2005, a FNE esteve envolvida num enorme conjunto de actividades que iremos apresentar por grandes áreas.

No entanto, independentemente da importância de todas essas actividades, consideramos que existem um conjunto de situações que nortearam a actuação da FNE, nomeadamente:

- O Ciclo de Debates “Educação, que Futuro?”
- A elaboração do Roteiro para a Legislatura
- A Greve de 20 a 23 de Junho
- O VIII Congresso Extraordinário
- A Cimeira da Federação
- O Dia Mundial do Professor
- O Dia do Trabalhador Não Docente
- O Acordo de 16 de Novembro

## **I – Situações que nortearam a actuação da FNE**

### **O Ciclo de Debates “Educação, que Futuro?”**

Pretendendo rentabilizar o tempo no qual o país vivia um momento pré-eleitoral, a FNE promoveu um conjunto de reuniões, que designou como Ciclo de Debates, subordinado ao tema “Educação que Futuro?”, através do qual foi possível proceder à auscultação de mais de 600 dirigentes e activistas dos sindicatos da FNE.

Entre vários objectivos, a FNE pretendia influenciar o debate ao nível da sociedade, dos partidos políticos, fazendo propostas e tentando condicionar soluções, ao mesmo tempo que ao longo dos dias de realização dos debates, da cobertura da comunicação social, e do conteúdo dos mesmos, tinha a possibilidade de contribuir para a sua visibilidade.

Os locais de realização dos debates tiveram em consideração a área de abrangência dos sindicatos que constituem a FNE, envolvendo em cada zona os sindicatos de docentes e não docentes, nomeadamente:

- Coimbra, 17/Janeiro
- Funchal, 21/Janeiro
- Évora, 24/Janeiro
- Porto, 28/Janeiro
- Ponta Delgada, 31/Janeiro
- Lisboa, 4 de Fevereiro

Este conjunto de debates, com um grande nível de participação, análise e reflexão, dotou a FNE de um conjunto de aspectos extremamente pertinentes, atendendo à proximidade do acto eleitoral, assim como ao momento crucial em que os partidos políticos elaboram e apresentam os seu programas eleitorais à sociedade.

Com base em reuniões solicitadas pela FNE aos principais partidos políticos, candidatos às eleições legislativas, no decurso dos debates ocorreram reuniões com o Partido Socialista, no dia 27 de Janeiro, e com o Partido Popular, no dia 1 de Fevereiro.

Para estes encontros, nos quais a FNE defendeu que a política educativa deve ser coerente e estável e a simples sucessão de ministros e secretários de estado não pode dar lugar a intervenções, mudanças sistemáticas, não negociadas com os parceiros sociais e não preparadas para a implementação, foi elaborado um guião intitulado “Mensagens aos partidos políticos”, servindo, unicamente, como referência à apresentação das nossas posições e propostas, pelo que não foi entregue.

### **A elaboração do Roteiro para a Legislatura**

Na sequência do Ciclo de Debates, das reuniões com os partidos políticos, das orientações definidas pelo VII Congresso e tendo em conta as conclusões das reuniões dos órgãos estatutários, nas quais intervieram representantes de todos os sindicatos, a FNE elaborou um documento intitulado “Um Roteiro para a Legislatura, Por mais Educação com Melhores Escolas”, com o objectivo de proceder à sua entrega ao governo que viesse a ser eleito em 20 de Fevereiro.

Tivemos como intencionalidade que o referido documento devia ser entendido como uma proposta de trabalho, ou seja, um contributo para o encontro das soluções procurando a qualidade da educação que Portugal necessita, o qual tinha, como ponto de partida, a apresentação dos seguintes aspectos:

- A Educação em Portugal e os seus desafios;
- Disponibilidade para o diálogo e para a concertação;
- A estabilidade é um factor de segurança;
- A importância de uma visão comum de futuro.

De modo a fazer a apresentação pública do documento, em momento anterior ao acto eleitoral, a FNE promoveu uma Conferência de Imprensa, em Lisboa no dia 17 de Fevereiro.

### **A Greve de 20 a 23 de Junho**

A FNE com o objectivo de entregar o “Roteiro para a Legislatura” ao Governo eleito, em 20 de Fevereiro, solicitou uma reunião, após a tomada de posse, em 12 de Março, tendo sido recebida pela Ministra da Educação só no dia 18 de Abril.

O que de início era justificado pela necessidade de estudar os assuntos, por parte do Ministério da Educação, ao fim de algum tempo foi confirmado que não era mais do que ausência de respeito pelo papel dos sindicatos, não sendo ouvidos ao nível das propostas, nem respeitando os prazos estabelecidos para o efeito.

Ao longo de várias reuniões dos órgãos da FNE, esta situação foi acompanhada e analisada, destacando-se a reunião do Secretariado Executivo, de 11 de Maio, onde se procedeu a uma reflexão sobre a situação política e sindical, com destaque para as medidas que iam sendo anunciadas pelo Governo e pelo Ministério da Educação, confirmando-se o desrespeito ao movimento sindical quando não foi ouvido sobre as alterações ao diploma de concursos para a Educação Especial, o prolongamento de horário no 1.º CEB, a introdução do Inglês ou medidas de combate ao insucesso escolar.

A FNE tentou ao longo do tempo, numa atitude positiva, de contributo técnico, como parceiros responsáveis, alterar esta situação, não o tendo conseguido, como foi confirmado numa outra reunião com a Ministra da Educação e os Secretários de Estado, no dia 6/Junho.

Face a esta atitude anti-negocial, por parte do Governo, em geral, e do Ministério da Educação, em particular, e na sequência de troca de opiniões com a Fenprof, foi concertado um conjunto de acções de modo a promover a alteração desta situação, nomeadamente:

- Conferência de Imprensa Conjunta, FNE e Fenprof, Hotel Roma, Lisboa, 7/Junho;
- Reunião da FNE e da Fenprof com a Ministra da Educação, 7/Junho;
- Concentração da FNE e da Fenprof junto à residência do Primeiro-Ministro, 8/Junho;
- Reunião da FNE com Ministério da Educação, 15/Junho;
- Conferência de Imprensa FNE-Fenprof, Coimbra, 20/Junho;
- Greve, de 20 a 23 de Junho, um dia por zona ou zonas do país.

Da análise efectuada relativamente à greve, foram constatados os seguintes aspectos que, directa ou indirectamente, estiveram na origem de outras iniciativas no futuro:

- A atitude do governo, nomeadamente a pressão colocada aos professores, através da ameaça de faltas injustificadas,
- As declarações públicas, minimizando e desvalorizando o papel do movimento sindical;
- A obrigatoriedade do cumprimento de serviços mínimos;
- A actuação da comunicação social e de alguns comentadores colocando os educadores e os professores, mas essencialmente os sindicatos numa posição pouco dignificante;
- A pertinência da greve, decorrendo das atitudes do governo, com especial destaque para a ausência de negociação, reafirmando-se que a mesma não era uma greve aos exames;
- A adesão dos educadores e dos professores à greve, atingindo-se percentagens de participação elevadas;
- A necessidade de apoiar juridicamente os educadores e os professores, atendendo à recolha de informação por parte da inspecção com base nas listagens elaboradas pelas escolas.

### **O VIII Congresso Extraordinário**

Tendo como lema “Educação de Qualidade com Equidade” foi realizado no Luso, no dia 7 de Julho, o VIII Congresso Extraordinário da FNE, com o objectivo de proceder a alterações estatutárias e aprovação de uma Moção de Estratégia Global.

A revisão estatutária teve como objectivo melhorar a nossa organização interna, de modo a permitir à FNE responder, de uma forma eficaz, aos desafios organizacionais dos próximos tempos.

Aproveitámos, também, para fazer a análise politico-sindical, com especial incidência para a constante falta de diálogo e de negociação por parte do Governo, do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

### A Cimeira da Federação

Na sequência do VIII Congresso da FNE, com a consequente alteração estatutária, no início de Setembro, concretamente nos dias 1 e 2, a FNE levou a efeito uma reflexão interna.

Aproveitou-se para equacionar os vários aspectos com que o movimento sindical tem sido confrontado, dos quais a questão das dispensas, a tempo inteiro, para o exercício da actividade sindical é um deles, com especial pertinência na maneira de desempenhar a função sindical.

Para além deste aspecto, manutenção ou diminuição do número de dirigentes dispensados, foi debatida a necessidade de existir uma estrutura técnica que prepare documentos, com vista às negociações, intervenções públicas e outras, de modo a que os dirigentes da FNE fiquem mais disponíveis para a intervenção sindical.

Foi, também, analisada a intervenção da FNE no âmbito das várias organizações em que se encontra filiada, nomeadamente:

- Ao nível da UGT foi equacionado o tipo de intervenção que pretendemos, com especial destaque para a questão do relacionamento com os outros sindicatos da educação, nomeadamente ao nível da criação de uma comissão sectorial da educação;
- Ao nível da FESAP discutiu-se o seu funcionamento, a necessidade de melhorar a sua eficiência, o contributo que a FNE pode dar para que isso seja possível.

De acordo com as decisões tomadas na altura, as mesmas deram origem ao desenvolvimento de acções jurídicas contra o Ministério da Educação, norteando a estratégia a desenvolver no futuro, nomeadamente:

- Determinação ilegal de serviços mínimos, por ocasião da greve;
- Ilegalidade/Inconstitucionalidade do diploma que congela a contagem do tempo de serviço;
- Desrespeito pela negociação e participação das organizações sindicais na negociação.

### O Dia Mundial do Professor

Foram realizados Plenários Distritais, ao nível da área sindical de cada um dos sindicatos que constituem a FNE, nos dias 3 e 4/Outubro.

Simultaneamente, aproveitando o dia Mundial do Professor, foram desenvolvidas duas campanhas contra:

- Os ataques desferidos aos educadores e aos professores portugueses e;
- As regras de aposentação dos educadores de infância e dos professores do 1º Ciclo.

No dia 4 de Outubro, em Lisboa, a FNE promoveu a realização de uma Conferência de Imprensa onde denunciou os ataques que os educadores e os professores portugueses estavam a sofrer, escolhidos como alvos sistemáticos e preferenciais de um conjunto de iniciativas do Governo.

Com a pretensa intenção de acabar com privilégios instalados na sociedade, o Governo escolhe para exemplo os educadores e os professores, os quais acabam por ser tomados como pessoas pouco devotadas à profissão, incompetentes, pouco responsáveis e causadores do baixíssimo nível de qualificações dos portugueses.

No final da Conferência de Imprensa, e atendendo à difícil situação vivida pela classe docente, a FNE apelou a todas as organizações sindicais para a união, numa plataforma de entendimento, com o objectivo de determinar formas de actuação que possibilitassem

demonstrar a indignação e revolta dos educadores e dos professores portugueses, se o Ministério da Educação não assumisse orientações respeitadoras da dignidade profissional.

### **O Dia do Trabalhador Não Docente**

No dia 24 de Novembro foi celebrado o Dia do Trabalhador Não Docente, no âmbito do qual foi organizado um seminário subordinado ao tema “O Trabalhador Não Docente e a Comunidade Educativa”, em Mafra, tendo sido abordados assuntos e discutidas problemáticas pertinentes para estes trabalhadores e para as escolas.

Nesse contexto, e atendendo à cessação dos Contratos Administrativos de Provedimento (CAP), ao início dos Contratos Individuais de Trabalho (CIT), do ponto de vista reivindicativo foi realçada a necessidade de rapidamente se negociar com o Ministério da Educação a regulamentação dos CIT, assim como um CCT.

Ainda nesse dia, a FNE realizou uma Conferência de Imprensa, com o objectivo de promover a divulgação do dia 24 de Novembro, como o Dia do Trabalhador Não Docente, chamando a atenção para a importância da sua função para o sistema educativo, destacando alguns aspectos importantes da sua intervenção, nomeadamente ao nível da organização das escolas e do acompanhamento dos alunos.

### **O Acordo de 16 de Novembro**

Na sequência do desafio para uma plataforma de entendimento, a FNE, do ponto de vista interno, realizou um Plenário Nacional de dirigentes a tempo inteiro dos Sindicatos da FNE, na Quinta da Lagoa, em Mira, no dia 14 de Outubro, com o objectivo de concertar uma actuação global.

Foram desenvolvidas uma série de iniciativas, no âmbito da convergência com as outras organizações sindicais, nomeadamente:

- Reunião de Federações e Sindicatos de Professores, Hotel Roma, Lisboa, no dia 18 de Outubro;
- Conferência de Imprensa conjunta FNE/FENPROF/FENEI, Hotel Roma, Lisboa, 18/Outubro;
- Reunião de Federações e Sindicatos de Professores, Lisboa, 27/Outubro;
- Reunião com a Ministra da Educação, Lisboa, 28/Outubro, tendo como objectivo ultrapassar, através da negociação, um conjunto de situações problemáticas para os docentes e não docentes.

Na sequência desta reunião e dos encontros com as outras organizações sindicais, foi decidido convocar greve para o dia 18 de Novembro.

Internamente, nos órgãos estatutários da FNE, foi efectuado um debate sobre a marcação da greve, no qual se fixaram as seguintes ideias:

- Foi a FNE que desafiou as outras organizações para uma plataforma de entendimento, da qual resultou a marcação da greve;
- Se não marcássemos a greve de 18 de Novembro, como justificaríamos, face a tudo o que tem acontecido, e na sequência da greve de Junho, a nossa posição;
- A Federação tinha que dar expressão ao descontentamento que existia nas escolas;
- A FNE estava preparada para a greve mas também para a negociação, preparando documentos contendo propostas para a negociação;

- Nunca esquecemos a nossa cultura sindical, assumindo a nossa diferença na actuação sindical.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que preparávamos a greve de 18 de Novembro, continuávamos empenhados em estabelecer uma calendarização de negociação de várias matérias, nomeadamente a componente não lectiva, o desempenho de outras funções devido ao aumento das condições para a aposentação, a recuperação do tempo de serviço, assim como matérias relativas aos concursos dos educadores e dos professores, tais como a abertura de vagas e redimensionamento dos quadros, não se podendo admitir que, sem negociação, continuasse a ocorrer a produção de legislação.

Tivemos sempre consciência que a realização da greve, ou a sua desconvocação, estava dependente da aceitação de compromissos por parte do ME, decorrente da nossa maneira de fazer sindicalismo.

É nesta perspectiva que, na reunião realizada com a Ministra da Educação, no dia 11 de Novembro, para proporcionar condições para a negociação, a FNE apresenta dois documentos:

- “Propostas: Mais Educação-Melhores Escolas”, no qual é apresentado um conjunto de propostas, ao nível de diversos aspectos, nomeadamente: Alargamento das actividades das escolas do 1º Ciclo, Organização do tempo lectivo e não lectivo dos docentes, enquadramento do funcionamento da componente não lectiva do horário dos docentes dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

- “As condições do exercício da profissão docente e conseqüente desgaste físico e psíquico”, tendo como aspectos, em termos de propostas, os seguintes: Flexibilidade das condições de aposentação dos docentes, Passagem à situação de disponibilidade voluntária ou reserva, Funções em regime de não exclusividade; Passagem à isenção de serviço docente em componente lectiva e Funções a exercerem pelos docentes que requeiram a passagem à isenção de serviço docente em componente lectiva.

Foi assim, através da aproximação de posições, que nas reuniões realizadas nos dias 14 de Novembro e 16 de Novembro, com o Ministério da Educação, foi possível redigir um texto de acordo, no qual são identificados um conjunto de aspectos, tendentes a regularizar o processo negocial:

- Políticas para a construção de uma escola pública de qualidade
- Diálogo e participação
- Revisão do Estatuto da Carreira Docente
- Pessoal não docente em regime de contrato individual de trabalho
- Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro
- Organização do trabalho escolar
- Condições de trabalho e de ensino nas escolas
- Serviço docente de apoio aos estabelecimentos de ensino do agrupamento

Face à obtenção do acordo, a FNE desconvoçou a greve, desmarcando-se da plataforma de convergência, tendo no entanto mantido uma posição de respeito, pela manutenção da mesma pelas outras organizações sindicais.

Com vista ao esclarecimento cabal e correcto do Acordo de 16 de Novembro, foi promovido um Plenário Nacional de dirigentes a tempo inteiro dos Sindicatos da FNE, em Lisboa, no dia 21 de Novembro.

Na sequência do acordado, a FNE participou no Grupo Trabalho de Acompanhamento das práticas de organização e distribuição de serviço docente, tendo estado presente nas reuniões realizadas nos dias 7 e 15 de Dezembro, tendo como objectivo contribuir para a elaboração de um relatório, assim como resolver situações anómalas.

## **II – Acompanhamento do Sistema Educativo e da Situação Política, Económica e Social**

Durante o ano de 2005 a FNE analisou, reflectiu, debateu e acompanhou de uma forma permanente todos os aspectos relacionados com o sistema educativo, de uma forma específica, e da situação política, social e económica, em geral.

Este acompanhamento traduziu-se em diferentes modalidades de relação estabelecidas, quer com o Presidente da República, quer com a Assembleia da República, através dos Grupos Parlamentares e da Comissão Parlamentar da Educação, quer com o Governo, com especial destaque com o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e com o Ministério das Finanças e da Administração Pública.

O início relativo ao ano de 2005, na sua dimensão política, ficou marcado pelo acto eleitoral conducente à nomeação de um novo governo, na sequência da dissolução da Assembleia da República, no final do ano de 2004.

O plano de actividades da FNE previsto para 2005 ficou condicionado por esse facto, sendo necessário proceder a adaptações e adequações à nova realidade, para além do governo eleito contar com uma maioria política que, na nossa perspectiva, influenciou o seu relacionamento com o movimento sindical.

Nas diversas reuniões dos órgãos estatutários da FNE, nomeadamente da Comissão Permanente, do Secretariado Executivo, da Comissão Coordenadora do Secretariado Nacional, após o Congresso da FNE, e do Secretariado Nacional, bem como no Conselho Geral, fez-se um acompanhamento exaustivo de tudo quanto dizia respeito à Educação, analisando propostas, emitindo pareceres sobre documentos apresentados pelo Governo e por outras Entidades, assim como apresentando reivindicações sobre várias matérias.

Do conjunto dos pareceres emitidos, destacamos os seguintes:

- Formação de Professores - Processo de Bolonha, em 31 de Janeiro;
- Regime de acumulação de funções de actividades públicas e privadas, em 11 de Julho;
- Revisão do Estatuto da Carreira Docente, em 11 de Julho;
- Concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, 10 de Dezembro.

## **III – Acção Reivindicativa**

A FNE teve, ao longo do ano de 2005, um empenhamento permanente, total, na acção reivindicativa, não tendo sido possível que de tal atitude resultassem resultados satisfatórios atendendo à indisponibilidade do Governo e do Ministério da Educação em acolher as nossas propostas e contrapropostas que sucessivamente fomos apresentando. Esta atitude anti-negocial transformou as reuniões, designadas de negociação, num processo ritual.

Embora a intencionalidade da FNE fosse criar um ritmo para a resolução de problemas, com a disponibilidade e empenho que nos caracteriza, apoiada em documentos escritos sobre o nosso pensamento, excluindo a reunião ocorrida com Ministra da Educação, no dia 18 de Abril, na qual procedemos à entrega do Roteiro para a Legislatura, e na qual identificámos um conjunto de situações, a partir daí o Ministério ficou insensível a todos os assuntos que não fossem os da sua agenda.

Para além disso, a publicação dos despachos nº 16 795/2005, de 3 de Agosto, e 17 387/2005, de 12 de Agosto, com a intenção, segundo o Ministério da Educação, de implementar uma escola pública a tempo inteiro, vieram criar fissuras profundas em termos de relacionamento, contribuindo para um crispar de posições de lado a lado.

As várias reuniões, nomeadamente a de 19 e 28 de Setembro, realizadas com o Ministério, nada trouxeram de novo em relação ao entendimento sobre a componente não lectiva, aposentação e revisão do diploma de concursos.

### **Concursos de Docentes do Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário**

Em termos de concursos, relativamente ao concurso para 2005/2006, fizemos o seu acompanhamento, tentando que os erros ocorridos em 2004/2005 não voltassem a acontecer.

Contribuímos para o relatório da Inspecção-Geral de Finanças, no âmbito da auditoria solicitada pelo Ministério da Educação, relativamente ao concurso 2004/2005, com a nossa perspectiva, tendo por base os factos que determinaram as falhas verificadas nas listas de concurso.

Em devida altura, a FNE exigiu que o resultado da auditoria fosse divulgado antes da abertura do concurso do ano seguinte e da realização das eleições, assim como denunciámos a incapacidade de previsão e planeamento do Ministério da Educação, traduzida numa lentidão desesperante, para a resolução atempada dos recursos hierárquicos.

Relativamente, ainda, ao concurso para 2005/2006, foi elaborado um memorando justificativo das posições assumidas pela FNE, com especial incidência no que diz respeito à abertura de vagas em Quadro de Escola.

No final do ano civil, em reunião realizada com o Secretário Estado Adjunto e da Educação, em Lisboa, no dia 12/Dezembro, em reacção a uma proposta do Ministério da Educação, defendemos as seguintes posições:

- A importância do correcto dimensionamento dos quadros de escola, como elemento essencial da estabilidade,
- A criação de vagas de Ensino Especial elimina um grande factor de instabilidade;
- Para 2006/2007, o concurso devia ser efectuado com o modelo em vigor, atendendo a alterações previsíveis ao nível do reordenamento da rede a ocorrer no próximo ano, procedendo-se unicamente à criação de vagas no âmbito do ensino especial e que as reconduções não deviam ser possíveis no próximo ano.

Neste âmbito, foi ainda realizada uma outra reunião, em Lisboa, no dia 21/Dezembro.

### **Outras questões relativas aos docentes do Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário**

Ao longo do ano todas as matérias relativas aos docentes do Pré-Escolar, Ensinos Básico e Secundário foram acompanhadas, tendo a FNE manifestado a sua posição ou elaborando pareceres ou memorandos técnicos com vista ao seu acompanhamento ou resolução.

### **Ensino Particular e Cooperativo**

A FNE, no âmbito da Frente Sindical da UGT, negociou e acordou com a Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular (AEEP), os aumentos salariais para o ano lectivo 2005/2006, assim como alterações ao clausulado do Contrato Colectivo de Trabalho (CCT).

Relativamente aos aumentos salariais, foi acordado um valor de 2% nos níveis de entrada e 1,8% nos restantes níveis, enquanto na negociação para alteração do clausulado do CCT foi necessário consagrar a sua harmonização com o Código de Trabalho.

No âmbito do Ensino Particular, os sindicatos da FNE marcaram presença nas escolas, na altura em que decorria a negociação sobre a avaliação de desempenho, discutindo essa problemática com os educadores e os professores, e explicando os acordos estabelecidos anteriormente.

Posteriormente, a negociação relativa à avaliação de desempenho, foi efectuada após a Consulta Nacional efectuada aos professores em Setembro, tendo-se chegado a acordo. A questão da avaliação, introduzida no novo clausulado, vai funcionar em termos experimentais, nalgumas escolas, tendo sido criada uma comissão de acompanhamento mista, com o objectivo de acompanhar a sua implementação.

Foi desenvolvida, ao longo de todo o ano, uma intervenção sistemática sobre as anomalias ou incumprimentos dos colégios junto da AEEP e do Ministério do Trabalho.

A FNE participou nas reuniões do Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo, em Lisboa, nos dias 6 e 20 de Setembro e 6 de Novembro.

### **Instituições de Solidariedade Social e Misericórdias**

Foi possível acordar com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) os valores relativos à actualização salarial.

Relativamente à CNIS, foi negociado um novo CCT, publicado em Julho de 2005, estabelecendo novos enquadramentos profissionais e tabelas salariais, assim como adaptações relativamente a férias, faltas de maternidade e paternidade. De realçar, ainda, que as tabelas salariais ficaram ao mesmo nível das do Ensino Particular e Cooperativo.

Ao nível da UMP é de referir a adesão de cerca de meia centena de novas Misericórdias ao actual CCT, assim como a denúncia de não cumprimento do clausulado em vigor, em determinadas áreas, pelas Misericórdias.

### **Ensino Superior**

Foi feito o acompanhamento e discussão dos projectos relativos ao Processo de Bolonha, tendo a FNE elaborado um parecer sobre os documentos em apreciação pública.

Na reunião, solicitada pela FNE ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, realizada no dia 10 de Maio, em Lisboa, fez-se a apresentação do Roteiro para a Legislatura, assim como a manifestação de um conjunto de preocupações, tais como o Processo de Bolonha, a alteração da Lei de Bases da Educação, o Estatuto dos Trabalhadores Docente e Não Docentes e o Subsídio de Desemprego.

Da parte do Ministério foi admitido que as estruturas sindicais devem ter um papel mais activo no acompanhamento do Processo de Bolonha.

### **Professores do Ensino de Português no Estrangeiro**

O Secretário-Geral da FNE reuniu, em Paris, com a Direcção do Sindicato das Comunidades Lusíadas (SPCL), no dia 24 de Maio, com o objectivo de debater a problemática dos professores de português no estrangeiro, assim como inventariar situações inadiáveis relativas a estes docentes.

Em 21 de Setembro, foi realizada uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, relativa ao Ensino de Português no Estrangeiro, em Lisboa, para tratamento das seguintes temáticas:

- Segurança Social, Revisão do Estatuto dos Conselheiros, Integração do Português nos Currículos e Contratação Directa.

### **Trabalhadores Não Docentes**

Relativamente aos Trabalhadores Não Docentes, no início do ano civil, na sequência de uma reunião ocorrida com o Secretário de Estado foi contestada a situação relativa aos Contratos Administrativos de Provedimento (CAP's), manifestando a FNE a intenção de apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça e o recurso aos Tribunais.

Nesse sentido foi realizada uma outra reunião, para debater a situação dos CAP's, no dia 28 de Junho.

Em termos reivindicativos, foi defendida a necessidade da existência de subsídio de desemprego para os Trabalhadores Não Docentes que cessam o Contrato Administrativo de Provedimento (CAP) e não entram em Contrato Individual de Trabalho (CIT).

Foi, ainda, solicitado ao Ministério da Educação o início da negociação no que diz respeito à Regulamentação do Contrato Individual de Trabalho, tendo a FNE iniciado os estudos com vista à elaboração de uma proposta de CCT.

### **Frente dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP)**

A FNE participou, no âmbito da FESAP, em inúmeras reuniões com o Ministério das Finanças e Administração Pública, tendo a primeira sido realizada no dia 3 de Maio, onde foi debatido o Pacto de Estabilidade, o SIADAP, tendo a FESAP apresentado o seu Caderno Reivindicativo.

Na sequência de outras reuniões com o Ministério das Finanças e Administração Pública, para negociar o desempenho de cargos dirigentes, contratos individuais de trabalho e revisão do exercício de cargos públicos por aposentados, nas quais fomos sempre confrontados com situações de alteração da legislação, com vista à diminuição de direitos e garantias, a FESAP reuniu com o STE, no dia 15 de Junho, para concertação de esforços com vista à ultrapassagem desta situação de perda permanente de direitos adquiridos, com especial destaque para o regime de aposentação.

Nesse sentido foi organizada uma concentração de dirigentes sindicais da FESAP e do STE, no dia 23 de Junho, em Lisboa, com vista à denúncia pública da situação existente.

Na parte final do ano, mais concretamente em 8 e 26 de Setembro, ocorreram reuniões com o Secretário de Estado Administração Pública, para análise do projecto de diploma referente aos regimes especiais de aposentação, tendo ocorrido a sua discussão final no dia 26 de Outubro.

Foram, ainda, realizadas outras reuniões com o Secretário de Estado da Administração Pública, nomeadamente nos dias 20 de Setembro, 5 e 19 de Dezembro, para tratar, respectivamente, dos seguintes assuntos:

- Análise da proposta do Regime de Protecção Social, no âmbito da Segurança Social, e do Regime de Aposentação;
- Avaliação de Desempenho, assim como a possibilidade de os Contratos Individuais de Trabalho usufruírem da ADSE;
- Negociação salarial relativa a 2006.

A FESAP solicitou a intervenção do Presidente da República, assim como participou em audiências na Assembleia da República, com os vários Grupos Parlamentares, com a Comissão de Trabalho e Segurança Social e de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, tendo como objectivo a correcção de injustiças ao nível dos diplomas aprovados pelo governo.

Do ponto de vista interno, é de realçar a realização no dia 15 de Setembro, em Lisboa, de uma Cimeira da FESAP, para debate da sua organização interna, tendo a FNE participado de uma forma activa, atendendo à reflexão efectuada sobre este assunto na sua cimeira, nos dias 1 e 2 de Setembro, conforme já relatado anteriormente.

De salientar, também, o nosso contributo na reunião da FESAP, realizada no dia 15 de Novembro, para elaboração do Caderno Reivindicativo para o ano de 2006.

#### IV – Comunicação

Ao longo de todo o ano de 2005, fizemos comunicados, folhas informativas, cartazes, agenda, para divulgação pelos sindicatos aos seus associados, às escolas e à opinião pública de todas as nossas posições, reivindicações e lutas.

A nível interno, após cada reunião, foi elaborada uma informação para os membros ausentes, assim como para os presidentes dos sindicatos, com o objectivo de divulgar rapidamente os assuntos tratados, as posições assumidas e outras informações consideradas pertinentes.

O Jornal “Notícias da Federação”, publicado periodicamente, teve uma edição em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro de 2005.

Relativamente aos comunicados à imprensa foram elaborados, ao longo do ano, 95.

Foram realizadas várias Conferências de Imprensa, em conjunto com outras organizações de professores, já relatadas anteriormente, ou a título individual, nas quais se distribuíram textos à Comunicação Social, nomeadamente:

- Apresentação do Roteiro para a Legislatura, Lisboa, 17 de Fevereiro;
- Final do Ano Lectivo, Porto, 20 de Julho;
- Abertura do Ano Lectivo e Dia Mundial do Professor, Lisboa, 4 de Outubro;
- Dia do Pessoal Não Docente, Mafra, 24 de Novembro.

Tendo como meta a maior visibilidade possível, todos os convites recebidos da comunicação social, bem como todos os contactos e pedidos de entrevista, tiveram o melhor acolhimento, traduzindo-se num grande número de presenças nos Jornais, Rádio e na Televisão,

O site da FNE, sempre com informação actualizada, viu o número de consultas aumentar de uma forma visível, possibilitando a divulgação das nossas actividades, posições, propostas e

reivindicações, bem como de todos os conteúdos que entendemos pertinentes para docentes e não docentes.

Foram contabilizadas, ao longo de todo o ano de 2005, um total de 220.629 consultas, tendo sido registado o valor mais alto, em termos mensais, em Agosto, nomeadamente 33.488.

Associado ao funcionamento do site, o envio da Newsletter da FNE permitiu de uma forma sempre actual, em cima do acontecimento, a divulgação de informação recente a todos os dirigentes, educadores e professores registados.

## **V – Actividades Culturais e Sociais**

Foi desenvolvido um conjunto de actividades, de âmbito cultural e social, de modo a destacar momentos significativos para os trabalhadores e para o movimento sindical.

Assim, celebramos o:

- Dia Mundial do Professor, no dia 5 de Outubro;
- Dia do Trabalhador Não Docente, em 24 de Novembro.

Participámos nas comemorações do 1º de Maio, organizadas pela UGT, com um conjunto assinalável de stands, tendo estado presente um grande número de associados dos vários sindicatos que constituem a FNE.

Com o objectivo de desenvolver o conhecimento sobre o 1º Maio, promovemos, mais uma vez, o Concurso: “Era uma vez o 1º de Maio” em que participaram crianças e alunos de Jardins de Infância e Escolas de todo o país.

A FNE participou com um stand na Didáctica 2005, nas instalações da Exponor, no Porto, entre os dias 28 de Abril e o dia 1 de Maio.

No final do VIII Congresso da FNE, realizado no Luso, no dia 7 de Julho, foi promovido um convívio entre todos os dirigentes, amplamente participado.

## **VI – Participação nas Organizações em que estamos Filiados**

Participámos e demos todo o contributo às organizações em que nos encontramos filiados, nacionais e estrangeiras, de âmbito sindical, pedagógico e formativo, nomeadamente:

### **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

#### **- Reuniões**

- Comissão Permanente
- Comissão Executiva da UGT
- Secretariado Nacional
- Conselho Geral da UGT
- Plenários Regionais de Sindicatos

#### **- Reflexão Interna**

- Membros da Comissão Permanente e Vices Secretários-Gerais, 20 e 21/Julho
- Cimeira de reflexão interna, S. Pedro do Sul, 10 e 11/Outubro

- Comissão Sectorial de Educação
  - Reunião da Comissão, Lisboa, 17/Outubro e 12/Dezembro
- Comissão Sectorial da Administração Pública
  - Instalação da Com. Sectorial Administração Pública da UGT, Lisboa, 17/Outubro
- Comissão de Mulheres
  - Comissão Mulheres, Lisboa, 18/Fevereiro
  - Reunião do Secretariado Executivo, Lisboa, 29/Março
  - Comissão Executiva, Lisboa, 7/Abril
  - Reunião da Comissão de Mulheres da CES, Bruxelas, 12 e 13/Abril
  - Plenário da Comissão de Mulheres, Lisboa, 8/Novembro
- Comissão da Juventude
  - Plenário Comissão Juventude da UGT, Lisboa, 15/Fevereiro
  - Reunião Extraordinária da Assembleia-Geral CNJ, 15/Fevereiro
  - Encontro dos Depart. Juventude da UGT Espanha e UGT Portugal, Zamora, 24 e 25/Fevereiro
- Ala de Quadros
  - Secretariado Nacional da Ala de Quadros da UGT, 8/Março
  - Plenário da Ala de Quadros, Lisboa, 16/Março
  - Reunião do Secretariado Nacional da Ala de Quadros, Lisboa, 25/Maio
- Comissão Nacional de Aprendizagem
  - Reunião Comissão Nacional de Aprendizagem, Lisboa, 25/Outubro, 2/Novembro e 14 de Dezembro
- Associação Agostinho Roseta
  - Assembleia-Geral da Associação Agostinho Roseta, 13/Julho
- Seminários
  - Seminário sobre negociação colectiva, Aveiro, 11 e 12 /Março
  - Conferência sobre a Europa Social e o Tratado Constitucional, 14 e 15/Julho
  - Encontro sobre a Formação Profissional, Culturgest, Lisboa, 15 e 16/Dezembro
- Conselho Económico e Social (CES)
  - Negociação Colectiva, Lisboa, 23/Março
  - Formação Profissional, Lisboa, 26/Abril
  - O Futuro da Europa, 18/Maio

- Acordo sobre Formação Profissional, 18/Maio
- Plenário do Conselho Económico e Social, Lisboa, 17/Outubro
- Concertação Social
  - Reuniões, 31/Maio, 7/Junho, 28/Outubro, 2 e 14/Novembro
  - “Estratégia de Lisboa”, Lisboa, 16/Setembro
  - Reunião bilateral para o acordo da Formação Profissional, Lisboa, 28/Outubro

### **Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE)**

- Seminário: Ensino Superior, Bruxelas, 11 e 12/Fevereiro
- Painel da Qualidade, Bruxelas, 27/Abril
- Seminário da Internacional da Educação "Reforçar o diálogo social europeu no sector da educação", Vilnius, 3/Julho
- Painel da Qualidade, Bruxelas, 27/Setembro
- Seminário: “Diálogo Social Europeu em Educação”, Varsóvia, 29/Setembro a 2/Outubro
- Seminário: “Condições de Trabalho dos Docentes”, Sesimbra, 22 a 24/Outubro
- 2ª Conferência “Fórum eLearning Européen pour l’Éducation” (ELFE) – As TIC’s na Educação”, Copenhaga, 21 e 22/Novembro
- Conselho do CSEE, Luxemburgo, 5 e 6/Dezembro
- Secretariado Executivo da CSEE, Luxemburgo, 6/Dezembro

### **Internacional da Educação (IE)**

- Mesa redonda: “Formação de Professores na Europa”, Dublin, 21 e 22/Fevereiro
- Conferência internacional: "O AGCS e a educação", UNESCO, Paris, 4 e 5/Abril
- Seminário: “A evolução do ensino secundário e a gestão dos estabelecimentos de ensino”, Paris, 27 e 28/Maio
- Mesa redonda: “Aprendizagem ao Longo da Vida”, Bruxelas, 17/Outubro
- Mesa redonda paneuropeia: “Educação da infância”, Sofia, 24 e 25/Outubro

### **Estrutura Pan-Europeia da Educação**

- Comissão Pan-Europeia Educação, Luxemburgo, 7/Novembro

### **Trade Union Advisory Committee (TUAC) – OCDE**

- Reunião do Comité Consultivo Sindical da OCDE – TUAC, Paris, 2/Maio
- Grupo de Trabalho da TUAC para a Educação, Formação e Emprego, Paris, 24 e 25/Maio
- Comité Consultivo Sindical para Educação e Formação (OCDE), Paris, 23 e 24/Outubro

### **VII – Outras Participações**

A FNE participou em imensas actividades de âmbito institucional, sindical, ao nível nacional e internacional, partidário, assim como em inúmeras Conferências e Seminários.

#### **Presidência da República**

- Recepção comemorativa do 25 de Abril, oferecida pelo Presidente da República, no Palácio da Ajuda, em Lisboa.

#### **Assembleia da República**

- Audição Parlamentar sobre a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, Comissão Parlamentar da Educação, Ciência e Cultura, na Assembleia da República, Lisboa, 6/Junho;
- Audição Parlamentar do PCP sobre o Código do Trabalho, na Assembleia da República, Lisboa, 14/Junho;
- Audição Pública sobre Manuais Escolares da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, na Assembleia da República, Lisboa, 13/Dezembro.

#### **Conselho Nacional da Educação (CNE)**

- Reunião da 5ª Comissão Especializada do CNE, Lisboa, 24/Fevereiro e 19/Abril
- Plenário do CNE, Lisboa, 24/Fevereiro e 1/Junho

#### **Instituto Superior de Educação e Trabalho (ISET)**

- Assembleia-Geral da AFJET, Porto, 30/Março

#### **A nível sindical / Nacional**

- Seminário SBN: “O excesso de trabalho e a violência doméstica”, Dia Internacional da Mulher, Porto, 8/Março
- Sessão de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais do Sindicato Democrático dos Professores do Sul, Évora, 21/Março
- Sessão de encerramento do Congresso do SINDEL, Vimeiro, 10/Abril
- VIII Congresso SITRA, Monte Real, 16 e 17/Abril
- Reunião de confederações sindicais e patronais, CES, Formação Profissional, Lisboa, 26/Abril
- XXV Aniversário do SINDITE, Porto, 21/Abril
- Tomada de posse dos Corpos Gerentes do SBN, 30/Abril

- Fórum SPZN 2005: “Adivinhar a Escola, Perspectivas de Mudança”, Viana do Castelo, 30/Maio
- I Encontro de Educação Algarve-Andaluzia – SDPSul, Albufeira, 31/Maio
- Encontro Nacional anual do SINDLEP, Portel, 11/Junho
- IV Congresso do STAAE Zona Centro, Viseu, 28/Outubro

### **A nível sindical / Internacional**

- Congresso da Confederação de Sindicatos de Timor-Leste, Dili, 26 e 27 de Fevereiro
- Conferência CES “Produzir resultados nos objectivos de Lisboa: O papel-chave da política macro-económica”, Bruxelas, 1 e 2/Março
- 4º Congresso Nacional da UNSA, Nantes, 15 a 18/Março
- Manifestação Europeia da CES, Bruxelas, 18 e 19/Março
- Reunião Interconfederal para um acordo sobre "Formação Profissional", CES, Lisboa, 9/Junho
- XIV Congresso Federal de FETE-UGT, Madrid, 17 a 19/Junho
- Seminário de Formação FETE-FNE, Madrid, 18 e 19/Julho
- XXV Convenção da AFL-CIO American Federation of Labour and Congress of Industrial Organizations, Chicago, 24 a 28/Julho
- V Congresso Ordinário da Força Sindical, S. Paulo, 2 a 4/Agosto
- Conferência Internacional sobre Emprego (Dirigentes dos PALOP's), Lisboa, 22 e 23/Setembro
- Cimeira Ibérica UGT-P; CGTP; UGT-E e CC.OO., Lisboa, 26 e 27/Setembro

### **Partidário**

- Encerramento do Congresso do Partido da Nova Democracia, Aveiro, 17/Abril
- Sessão de encerramento do Congresso do CDS-PP, Lisboa, 24/Abril

### **Seminários e Conferências**

- Ciclo de Debates: “Processo de Bolonha, Formação de Professores”, Universidade de Lisboa, 25/Janeiro
- Ciclo de Debates: “Processo de Bolonha, Psicologia, Ciências da Educação”, Universidade de Lisboa, 1/Fevereiro
- Conferência: “O primeiro emprego qualificado – questões económicas e impactos sociais”, Universidade Aveiro, 16/Março
- Seminário: “Equidade e Eficiência no Sistema Educativo”, do Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 7/Abril
- Seminário sobre Bolonha e o Ensino Superior, Universidade Lusófona, Lisboa, 5 e 6/Maio
- Sessão de trabalho "(Re)pensar a formação de professores", Faculdade de Letras, Lisboa, 8/Junho

- Conferência Internacional “É Tempo de Igualdade no Trabalho”, Associação Portuguesa de Deficientes, Lisboa, 11/Novembro

### Outros

- Sessão de encerramento do XXX Encontro Nacional das Associações de Pais, Paredes de Coura, 12/Março
- Abertura do Congresso da APEI (Associação Portuguesa dos Educadores de Infância), Lisboa, 31/Março
- 38º Campeonato Internacional das Profissões, Helsínquia, 27 a 29/Maio
- Lançamento do livro "Educação – Mudar é possível – o que falta? Recursos ou Políticas?", de Abílio Morgado, Lisboa, 30/Maio
- Jantar da 2ª reunião do Alto Conselho do Investimento Directo Estrangeiro, Coimbra, 30/Junho
- Congresso do Turismo de Portugal, Lisboa, 4 e 5/Julho
- Conferência Nacional do Observatório de Emprego e Formação Profissional (OEFP) “Qualificações, Inovação e Emprego”, Lisboa, 14/Novembro
- Seminário “Qualidade do Ar Interior como determinante ambiental de Saúde: O caso das Escolas” do INS – Delegação Norte, Auditório da Biblioteca Almeida Garrett, Porto 7/Dezembro
- Conferência “Educação e Desenvolvimento em África”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 13/Dezembro